ANAIS

COVID-19 E BALANÇOS DE PAGAMENTOS: RELATO TÉCNICO COMPARATIVO ENTRE PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO (2018–2022)

BRUNO CAMACHO
bruno.camacho@unesp.br
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

ELTON EUSTÁQUIO CASAGRANDE
elton.eustaquio@unesp.br
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA FCLAR/DEPTO DE ECONOMIA

RESUMO: A pandemia de COVID-19 impactou intensamente as economias globais, revelando fragilidades estruturais e exigindo respostas econômicas diversas. Este estudo analisa os balanços de pagamentos de sete países – Brasil, Alemanha, Índia, Coreia do Sul, África do Sul, Estados Unidos e China – no período de 2018 a 2022, buscando compreender como as diferentes estruturas econômicas e políticas adotadas influenciaram os resultados externos. A pesquisa utiliza abordagem mista, com análise qualitativa das políticas macroeconômicas e quantitativa dos dados das contas corrente, de capital e financeira. O trabalho destaca a importância das políticas fiscais e monetárias, da competitividade exportadora e da diversificação produtiva na resposta à crise. Os resultados apontam que países com maior capacidade fiscal e elasticidade das exportações ajustaram-se melhor, enquanto economias mais vulneráveis enfrentaram dificuldades para recuperar o equilíbrio externo. A análise comparativa oferece contribuições para a formulação de estratégias econômicas mais resilientes diante de choques globais.

PALAVRAS CHAVE: COVID-19; Balanço de pagamentos; Política econômica; Crises globais; Países em desenvolvimento.

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic has significantly impacted global economies, exposing structural vulnerabilities and demanding diverse economic responses. This study analyzes the balance of payments of seven countries – Brazil, Germany, India, South Korea, South Africa, the United States, and China – from 2018 to 2022, aiming to understand how different economic structures and policies influenced external outcomes. The research uses a mixed approach, combining qualitative analysis of macroeconomic policies with quantitative assessment of current, capital, and financial accounts. The study highlights the importance of fiscal and monetary policies, export competitiveness, and productive diversification in responding to the crisis. Results show that countries with greater fiscal capacity and export elasticity adapted more effectively, while more vulnerable economies faced challenges in restoring external balance. The comparative analysis provides insights for designing more resilient economic strategies in the face of global shocks.

KEY WORDS: COVID-19; Balance of payments; Economic policy; Global crises; Developing countries.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 foi um dos maiores desafios econômicos da era contemporânea, impactando o funcionamento das economias globais. A crise interrompeu cadeias de suprimentos, desacelerou o comércio internacional e trouxe volatilidade aos mercados financeiros, mostrando as fragilidades estruturais de diferentes sistemas econômicos. À medida que governos e instituições financeiras buscaram minimizar os efeitos da pandemia, surgiram questionamentos sobre a eficácia das políticas econômicas e as implicações para o equilíbrio das contas externas. Este estudo se concentra nos balanços de pagamentos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, uma perspectiva para avaliar as interações econômicas internacionais e compreender as respostas à crise.

O problema de pesquisa que orienta este trabalho é: como a pandemia de COVID-19 influenciou os balanços de pagamentos de países desenvolvidos e em desenvolvimento entre 2018 e 2022? A relevância dessa análise está em identificar não apenas os impactos diretos da pandemia, mas também as assimetrias nas respostas econômicas e suas implicações para a estabilidade financeira global. Países como Brasil, Alemanha, Índia, Coreia do Sul, África do Sul, Estados Unidos e China foram selecionados por representarem diferentes níveis de desenvolvimento e integrações econômicas, possibilitando uma análise comparativa mais abrangente. A escolha desses países também mostra as suas importâncias nas dinâmicas econômicas globais e suas diferentes abordagens políticas para enfrentar a crise.

O estudo tem como objetivo geral, analisar as respostas econômicas à pandemia nos balanços de pagamentos dos países selecionados e identificar os fatores determinantes para sua estabilidade durante o período de 2018 a 2022. Para alcançar esse objetivo, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: (1) descrever as mudanças nos componentes do balanço de pagamentos, como contas corrente, de capital e financeira; (2) examinar as políticas econômicas implementadas durante a pandemia e suas repercussões nos fluxos de comércio e capitais; (3) comparar as respostas de países desenvolvidos e em desenvolvimento, destacando disparidades e similaridades; e (4) propor recomendações para o fortalecimento da resiliência econômica em futuras crises.

O estudo se justifica por sua contribuição potencial para o entendimento das interações entre choques globais, políticas econômicas nacionais e fluxos internacionais de capital. Durante a pandemia, os países desenvolvidos implementaram pacotes fiscais e monetários de grandes magnitudes, o que contrastou com as limitações fiscais enfrentadas por muitas economias em desenvolvimento. Essas diferenças foram refletidas nos balanços de pagamentos, com variações significativas nos saldos das contas corrente e financeira, além de ajustes nas reservas internacionais. A análise dessas dinâmicas é essencial para compreender os fatores que ampliaram as vulnerabilidades ou favoreceram a recuperação econômica.

A relevância do tema vai além da pandemia de COVID-19. Ele reflete desafios enfrentados por países em diferentes níveis de desenvolvimento, como a dependência de commodities, a vulnerabilidade a choques externos e as restrições impostas por desequilíbrios fiscais e cambiais. O balanço de pagamentos, sendo uma síntese das transações econômicas internacionais, oferece uma perspectiva única para analisar esses fatores, proporcionando visões sobre a sustentabilidade das políticas econômicas e estratégias de integração global.

A escolha dos anos de 2018 a 2022 como recorte temporal permite uma análise ampla que engloba o período pré-pandemia, o auge da crise e o início da recuperação econômica. Esse intervalo temporal possibilita avaliar tanto as condições econômicas antes da pandemia quanto às estratégias implementadas durante e após a crise. Além disso, a seleção dos países analisados mostra uma diversidade de experiências e respostas econômicas, permitindo identificar padrões, diferenças e lições que podem ser aplicadas em futuros cenários de instabilidade global.

A pandemia de COVID-19, descrita por Gita Gopinath (2020) como o "Grande Lockdown", deu destaque à interdependência dos sistemas econômicos globais e a necessidade de políticas coordenadas para minimizar os impactos de crises globais. A pesquisa aqui apresentada busca contribuir para o debate sobre como as economias podem se preparar melhor para enfrentar desafios futuros. Ao explorar as interações entre políticas macroeconômicas, fluxos internacionais e estabilidade econômica, este estudo oferece subsídios para a formulação de estratégias mais eficientes e adaptáveis.

Assim, este trabalho não apenas investiga os impactos da pandemia sobre os balanços de pagamentos, mas também propõe caminhos para o fortalecimento da capacidade de resposta a crises, promovendo um desenvolvimento econômico mais sustentável e integrado. A análise dos balanços de pagamentos dos países selecionados será importante para identificar os fatores que determinaram os diferentes resultados econômicos e oferecer recomendações práticas para a gestão de crises globais.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Conceitos básicos do balanço de pagamentos

O balanço de pagamentos é um instrumento que registra todas as transações econômicas realizadas entre os residentes de um país e o resto do mundo em um período específico. Ele reflete a posição econômica externa de uma nação e é composto por três grandes contas: a conta corrente, a conta de capital e a conta financeira.

A conta corrente compreende o saldo da balança comercial (exportações menos importações de bens), o comércio de serviços, as rendas primárias (remuneração de fatores de produção, como juros e lucros) e as transferências correntes (doações e remessas). Este componente é central para avaliar o desempenho do comércio externo e a sustentabilidade das transações com o resto do mundo. Um déficit persistente nessa conta pode indicar dependência de financiamento externo, enquanto um superávit sugere uma maior poupança nacional.

A conta de capital, por sua vez, inclui as transferências de ativos intangíveis, como direitos autorais e patentes, e outros fluxos menores que não se enquadram nas demais contas. Embora essa conta costumeiramente represente uma parcela um pouco menor do balanço total, sua análise é importante em contextos como a pandemia de COVID-19, quando algumas economias experimentaram transferências extraordinárias para compensar déficits em outras áreas.

Já a conta financeira registra fluxos de investimento direto (participação em empresas), investimentos em portfólio (compra de ações e títulos) e outros fluxos financeiros (empréstimos e reservas internacionais). Durante crises, essa conta fica mais vulnerável a fugas de capital e mudanças abruptas na confiança de investidores, fenômenos esses que podem ampliar os desequilíbrios econômicos.

O balanço de pagamentos deve, teoricamente, equilibrar-se, com os déficits em uma conta sendo compensados por superávits em outra. No entanto, desequilíbrios estruturais ou choques econômicos externos podem causar tensões, como evidenciado durante a pandemia de COVID-19, que expôs as fragilidades de muitas economias em desenvolvimento.

2.2 Teoria do crescimento com restrição do balanço de pagamentos

Proposta por Anthony Thirlwall em 1979, a Lei de Thirlwall oferece uma perspectiva sobre o crescimento econômico, argumentando que o desempenho de longo prazo de um país é limitado por sua capacidade de manter o equilíbrio no balanço de pagamentos. Segundo essa abordagem, a taxa de crescimento sustentável é definida pela elasticidade-renda das

exportações e importações, que determinam a capacidade de gerar divisas sem recorrer a financiamentos externos excessivos.

A elasticidade-renda das exportações mede o quanto a demanda por exportações de um país responde ao crescimento da renda mundial. Economias com produtos de alta competitividade tendem a se beneficiar de elasticidades maiores, permitindo que suas exportações cresçam mais rapidamente que as importações. Por outro lado, a elasticidade-renda das importações mostra a sensibilidade das importações ao crescimento da renda doméstica. Quando essa elasticidade é alta, o país enfrenta dificuldades para equilibrar o balanço de pagamentos, principalmente durante períodos de expansão econômica.

A Lei de Thirlwall destaca a interdependência entre comércio internacional e crescimento econômico. Países com déficits persistentes em conta corrente são frequentemente forçados a ajustar suas economias por meio de políticas contracionistas, como elevação de juros ou desvalorização cambial, que podem limitar seu potencial de crescimento.

No contexto da pandemia, a teoria ajuda a entender por que economias com maior dependência de importações e baixa competitividade exportadora enfrentaram maiores dificuldades para sustentar o crescimento. Além disso, ressalta a necessidade de políticas voltadas para o fortalecimento das exportações, diversificação produtiva e redução da dependência de insumos importados, especialmente em economias em desenvolvimento.

2.3 Impactos de crises globais nos balanços de pagamentos e políticas econômicas em resposta a crises

Crises globais, como a pandemia de COVID-19, têm impactos fortes sobre os balanços de pagamentos, alterando drasticamente os fluxos de comércio, investimentos e capitais. Esses eventos ressaltam as vulnerabilidades das economias globais e a necessidade de políticas coordenadas para minimizar os efeitos da crise.

Impactos nas contas correntes: A pandemia reduziu significativamente as exportações de muitos países, particularmente aqueles dependentes de produtos manufaturados ou serviços que exigem interação presencial, como turismo. Por outro lado, economias com base em commodities enfrentaram volatilidade nos preços internacionais, impactando tanto receitas quanto custos de importação. As importações também sofreram retrações, inicialmente devido à queda na demanda doméstica e, posteriormente, por interrupções nas cadeias globais de suprimentos.

Impactos nas contas financeiras: Os mercados financeiros reagiram de forma intensa e imediata à pandemia, com saídas de capitais de países emergentes e uma busca por ativos considerados seguros em economias avançadas. Essa volatilidade foi agravada pelas incertezas relacionadas à duração da crise e às respostas políticas. O uso de reservas internacionais e a intervenção em mercados cambiais tornaram-se importantes para manter a estabilidade macroeconômica em diversas economias.

Respostas políticas às crises: As respostas dos países à pandemia variaram significativamente de acordo com sua capacidade fiscal e monetária. Economias desenvolvidas adotaram grandes pacotes de estímulo, envolvendo injeções de liquidez, auxílios diretos a empresas e famílias e redução de juros. Em contrapartida, economias em desenvolvimento, limitadas por déficits fiscais e elevados custos de financiamento, tiveram que recorrer a ajustes cambiais, cortes de gastos ou medidas mais conservadoras. As crises também destacaram o papel das instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, no suporte a países vulneráveis. Linhas de crédito emergenciais, adiamentos de dívidas e assistência técnica foram instrumentos fundamentais para minimizar os impactos nos balanços de pagamentos de economias em desenvolvimento.

Lições da pandemia e caminhos futuros: A experiência da pandemia reforça a necessidade de políticas econômicas eficazes, capazes de responder a choques externos e sustentar o equilíbrio macroeconômico. Investimentos em infraestrutura produtiva, diversificação econômica e integração regional surgem como prioridades para reduzir a vulnerabilidade de economias dependentes de fluxos externos. Além disso, a pandemia evidenciou a importância de sistemas financeiros bem desenvolvidos e mecanismos de cooperação internacional para o gerenciamento de crises globais. A coordenação entre políticas nacionais e ações multilaterais será essencial para enfrentar desafios futuros, para garantir maior estabilidade aos balanços de pagamentos e promover um crescimento econômico mais sustentável.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, este estudo adota uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas qualitativas e quantitativas. Essa escolha permite uma análise abrangente dos impactos da pandemia de COVID-19 nos balanços de pagamentos, integrando interpretações contextuais com dados estatísticos. A abordagem qualitativa é utilizada para explorar as políticas econômicas implementadas pelos países analisados e interpretar os resultados no contexto das suas estruturas econômicas. Por outro lado, a análise quantitativa busca identificar padrões, tendências e variações nos componentes do balanço de pagamentos.

3.1 Justificativa da escolha dos países

Sete países foram selecionados para a pesquisa: Brasil, Alemanha, Índia, Coreia do Sul, África do Sul, Estados Unidos e China. A escolha foi motivada por suas diferenças em termos de desenvolvimento econômico, capacidade fiscal, e papel nas dinâmicas econômicas globais. Esses países representam uma diversidade de contextos, desde economias avançadas altamente industrializadas, como Alemanha e Estados Unidos, até economias emergentes com desafios estruturais, como Brasil e África do Sul. Essa variedade permite uma análise comparativa, identificando como diferentes níveis de desenvolvimento e estratégias políticas influenciaram os balanços de pagamentos durante a pandemia.

Além disso, a relevância econômica dos países escolhidos mostram seus impactos no comércio internacional, fluxos de capital e mercados financeiros. A inclusão de economias asiáticas, como China e Índia, destaca o papel dessas nações na recuperação econômica global, enquanto a análise do Brasil e da África do Sul traz à tona os desafios enfrentados por economias em desenvolvimento em momentos de crise. Esse critério nos entrega uma visão ampla e integrada dos efeitos da pandemia.

3.2 Justificativa da escolha dos países

O período de análise compreende os anos de 2018 a 2022, incluindo o cenário pré-pandemia, o auge da crise e o início da recuperação econômica. Esse intervalo temporal permite observar não apenas os impactos imediatos da pandemia, mas também as mudanças estruturais nos fluxos econômicos internacionais. Os dados de 2018 e 2019 nos dão uma linha de base, enquanto os anos de 2020 a 2022 destacam as dinâmicas econômicas em resposta aos choques globais causados pela COVID-19. Esse recorte temporal é importante para identificar as trajetórias econômicas dos países e avaliar a eficácia das políticas implementadas.

3.3 Fontes de dados

As fontes de dados utilizadas neste estudo incluem instituições amplamente reconhecidas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses organismos fornecem dados confiáveis e abrangentes sobre os componentes do balanço de pagamentos, além de análises sobre as políticas econômicas adotadas pelos países durante a pandemia.
Os relatórios do World Economic Outlook (WEO), do FMI, foram uma referência para compreender as condições macroeconômicas globais e as respostas políticas de diferentes nações. Dados adicionais sobre fluxos de comércio e capital foram extraídos de bases do Banco Mundial, enquanto a OCDE contribuiu com visões sobre a coordenação internacional e as tendências de longo prazo nas economias desenvolvidas.

3.4 Métodos de análise comparativa

A metodologia aplicada combina técnicas descritivas e analíticas, focadas na comparação entre os países selecionados. Os dados do balanço de pagamentos foram analisados com base nos seus três componentes principais: conta corrente, conta de capital e conta financeira. A análise comparativa permite identificar padrões, semelhanças e diferenças nas respostas econômicas à pandemia, destacando fatores como elasticidade do comércio, fluxos de capitais e uso de reservas internacionais.
A abordagem qualitativa complementa essa análise ao interpretar os dados no contexto das políticas econômicas e estruturas produtivas de cada país. O objetivo é relacionar as variações observadas nos balanços de pagamentos com as estratégias adotadas para minimizar os impactos da crise. Essa integração de métodos qualitativos e quantitativos trás uma compreensão mais rica e detalhada das dinâmicas econômicas globais durante o período analisado.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Brasil

O Brasil, maior economia da América Latina, apresentou oscilações em seu balanço de pagamentos no período de 2018 a 2022. A pandemia de COVID-19 intensificou as vulnerabilidades, afetando as contas corrente e financeira, além de pressionar a política econômica.
A conta corrente brasileira apresentou déficits recorrentes durante o período analisado. Em 2018, o saldo foi negativo em US$ 53,8 bilhões, ampliando-se para US$ 65 bilhões em 2019. Com a chegada da pandemia, o déficit caiu drasticamente para US$ 24,9 bilhões em 2020, reflexo da retração das importações em função da redução da atividade econômica. Em 2022, o déficit voltou a crescer, estabilizando-se em US$ 40,8 bilhões.
O comércio exterior teve papel importante na dinâmica do balanço de pagamentos brasileiro. As exportações, que somaram US$ 239,5 bilhões em 2018, caíram para US$ 210,7 bilhões em 2020 devido à redução da demanda global. Entretanto, em 2022, atingiram um recorde de US$ 340,2 bilhões, impulsionadas pela alta nos preços de commodities como soja, minério de ferro e petróleo. As importações, após a retração inicial durante a pandemia, cresceram para US$ 288,7 bilhões no mesmo período, refletindo a recuperação da demanda interna e o aumento nos custos de produtos importados.
A conta financeira também sofreu impactos. Em 2020, a incerteza global levou a uma saída de capitais, afetando os investimentos estrangeiros diretos e de portfólio. Apesar disso, os fluxos de investimentos diretos apresentaram uma recuperação gradual nos anos subsequentes, totalizando US$ 33,3 bilhões em 2022. Essa recuperação mostra parcialmente a atratividade de setores como o agronegócio e a mineração, que mantiveram boa performance durante o

período. A volatilidade cambial foi uma característica marcante desse período. A desvalorização do real frente ao dólar americano, especialmente em 2020, aumentou os custos de importação e pressionou a inflação. Essa dinâmica comprometeu ainda mais a estabilidade da conta corrente e reforçou as dificuldades para equilibrar o balanço de pagamentos.

O governo brasileiro respondeu à crise com medidas fiscais e monetárias. O auxílio emergencial foi uma das principais iniciativas, injetando recursos na economia e minimizando os efeitos da retração econômica. No campo monetário, o Banco Central reduziu a taxa Selic para estimular o crédito e o consumo. No entanto, a inflação acumulada, que ultrapassou 10% em 2021, restringiu os efeitos dessas políticas, exigindo ajustes posteriores na política monetária, com aumento das taxas de juros em 2022.

O caso brasileiro evidencia a dificuldade de economias em desenvolvimento em ajustar seus balanços de pagamentos durante crises globais. A dependência de commodities, embora tenha sustentado a recuperação das exportações, limita a diversificação econômica necessária para reduzir vulnerabilidades externas. A baixa elasticidade das exportações, destacada pela Lei de Thirlwall, reforça a importância de políticas voltadas para o fortalecimento do setor manufatureiro e a diversificação da pauta exportadora do país.

.

4.2 Alemanha

A conta corrente alemã, tradicionalmente superavitária, sofreu variações ao longo dos anos analisados. Em 2018, o superávit alcançou US$ 316,9 bilhões, ligeiramente acima dos US$ 317,9 bilhões registrados em 2019. Entretanto, em 2020, com os impactos iniciais da pandemia, houve uma queda para US$ 255,3 bilhões. Em 2021, a recuperação foi notável, com o superávit subindo para US$ 312,1 bilhões. Contudo, em 2022, o saldo caiu drasticamente para US$ 174,8 bilhões, refletindo pressões no comércio internacional e nos custos de energia.

As exportações de bens, que somaram US$ 1.524,8 bilhões em 2018, caíram para US$ 1.358,6 bilhões em 2020, devido à menor demanda global e interrupções nas cadeias de suprimento. Em 2021, houve uma recuperação significativa, atingindo US$ 1.625,8 bilhões, mas a alta inflação de custos e o aumento dos preços de energia em 2022 limitaram novos avanços, mesmo com as exportações alcançando US$ 1.662,2 bilhões

A conta de capital apresentou déficits crescentes durante a pandemia, passando de um saldo positivo de US$ 1,3 bilhão em 2018 para um déficit de US$ 22,6 bilhões em 2022. A conta financeira também registrou queda, com o saldo recuando de US$ 287,6 bilhões em 2018 para US$ 207,7 bilhões em 2022. Esses dados mostraram a saída de capitais e a hesitação de investidores diante das incertezas econômicas.

A Alemanha adotou políticas fiscais e monetárias robustas para mitigar os impactos da crise. O governo expandiu programas como o Kurzarbeit, que subsidia salários para evitar demissões em massa. Ao mesmo tempo, o Banco Central Europeu manteve políticas monetárias acomodatícias, contribuindo para a estabilidade financeira. No entanto, a crise energética e a escassez de semicondutores restringiram a capacidade de recuperação, especialmente no setor automotivo..

A Alemanha como uma economia exportadora depende de demanda externa para sustentar seu balanço de pagamentos. A retração da demanda global e os choques nos custos de energia e insumos mostraram suas vulnerabilidades estruturais, o que reforçou a necessidade de diversificação econômica.

O caso alemão exemplifica como economias avançadas, mesmo com estruturas econômicas mais robustas, enfrentam problemas em crises globais. As lições aprendidas destacam a importância de políticas econômicas flexíveis e investimentos estratégicos para a

minimização de vulnerabilidades futuras e promoção de um crescimento sustentável.

4.3 Índia

A economia indiana, que foi marcada por um crescimento acelerado nos últimos anos, enfrentou oscilações em seu balanço de pagamentos no período de 2018 a 2022.
Em 2018, o déficit em conta corrente da Índia foi de aproximadamente US$ 65,6 bilhões, impulsionado pela alta demanda interna e pelo aumento das importações. Em 2019, o déficit foi reduzido para cerca de US$ 29,8 bilhões devido a uma queda nas importações e ao aumento no saldo de serviços. Durante 2020, no auge da pandemia, a Índia registrou um superávit em conta corrente de US$ 32,7 bilhões, reflexo de uma contração forte nas importações, que superou a redução nas exportações. Esse movimento foi impulsionado pela queda da demanda interna e pelo aumento na prestação de serviços, especialmente no setor de tecnologia da informação
Em 2021, a recuperação econômica fez com que o déficit em conta corrente retornasse, alcançando US$ 33,4 bilhões, enquanto em 2022, o déficit aumentou significativamente para US$ 79,1 bilhões. Este aumento foi causado principalmente pelo crescimento acelerado das importações, impulsionado por uma demanda doméstica mais forte e pela elevação nos preços globais de energia e alimentos.
A conta financeira apresentou variações durante o período analisado. Em 2020, os fluxos financeiros refletiram o cenário de incerteza, mas os investimentos diretos e os fluxos de portfólio começaram a se recuperar em 2021 e 2022, impulsionados pela confiança renovada nos mercados indianos. Em 2022, o saldo negativo na conta financeira foi de aproximadamente US$ 50,7 bilhões, indicando uma diminuição nas saídas de capital e maior atração de investimentos estrangeiros, estimulada por reformas estruturais e políticas monetárias mais restritivas
O governo indiano implementou medidas fiscais e monetárias para sustentar a economia. O estímulo fiscal, aliado a cortes nos impostos corporativos e a uma política monetária acomodatícia, ajudou a minimizar os impactos da pandemia. Entretanto, a inflação elevada e o aumento nos preços globais pressionaram a estabilidade econômica, exigindo ações do Banco Central para conter o aumento dos preços por meio do aumento das taxas de juros
As flutuações no balanço de pagamentos da Índia mostram o papel central da demanda agregada nas mudanças de conta corrente. A redução nas importações durante a pandemia ilustra como uma contração na demanda doméstica pode impactar positivamente os indicadores externos. No entanto, a recuperação das importações mostrou problemas estruturais, como a dependência de bens de capital importados e vulnerabilidades no setor energético. O caso da Índia mostra a dificuldade de equilibrar crescimento econômico e estabilidade externa em meio a choques globais.

4.4 Coreia do Sul

Em 2018, o saldo em conta corrente do país atingiu US$ 77,5 bilhões, impulsionado por exportações em setores estratégicos, como eletrônicos e automóveis. Além disso, reformas estruturais voltadas para a melhoria das condições de trabalho e o aumento salarial estimularam o consumo doméstico, ampliando a recuperação da demanda interna. Mas, a dependência de exportações e a exposição a oscilações globais expuseram riscos para a economia sul-coreana.
No ano seguinte, 2019, o crescimento econômico desacelerou para 2%, resultado do

enfraquecimento da demanda externa causado por tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China. O saldo em conta corrente caiu para US$ 59,7 bilhões, enquanto a conta de capital passou de um superávit de US$ 316,7 milhões em 2018 para um déficit de US$ 169,3 milhões, refletindo uma menor entrada de capital estrangeiro. Em resposta, o governo adotou políticas fiscais expansionistas para impulsionar a economia doméstica. Contudo, a diminuição da demanda externa continuou a pressionar o saldo em conta corrente.

Com o início da pandemia em 2020, a Coreia do Sul, registrou um aumento na conta corrente, que foi de US$ 75,9 bilhões, US$ 16,2 bilhões a mais que no ano anterior. Esse desempenho foi sustentado por exportações de produtos tecnológicos, impulsionadas principalmente pela forte demanda global. Em contrapartida, a queda na demanda doméstica reduziu as importações, favorecendo o saldo comercial. O governo implementou rapidamente pacotes de estímulo fiscal e monetário, reforçando a demanda agregada e buscando reduzir os impactos econômicos da crise.

No auge da recuperação econômica, em 2021, a conta corrente sul-coreana alcançou US$ 85,2 bilhões, impulsionada pela demanda global alta por semicondutores e eletrônicos, setores que sustentaram a posição competitiva do país no mercado internacional. Apesar disso, a economia enfrentou desafios como gargalos na cadeia de suprimentos e aumento nos preços de matérias-primas, que pressionaram a inflação. Em resposta, o Banco da Coreia manteve uma política monetária acomodatícia, mas indicou possíveis ajustes para conter os riscos inflacionários e o endividamento excessivo das famílias.

Em 2022, entretanto, o cenário mudou, o saldo em conta corrente caiu para US$ 25,8 bilhões, uma redução de US$ 59,4 bilhões em relação ao ano anterior. A desaceleração econômica global reduziu a demanda externa, afetando as exportações sul-coreanas. Simultaneamente, a recuperação da demanda interna elevou as importações, pressionando negativamente o saldo comercial. Para controlar a inflação e o crescente endividamento doméstico, o Banco da Coreia elevou as taxas de juros, uma medida que, embora necessária, contribuiu para a desaceleração do consumo e do investimento.

A trajetória da Coreia do Sul durante o período analisado destaca a importância de equilibrar estímulos econômicos internos com a gestão de vulnerabilidades externas. A forte dependência de exportações continua sendo um pilar da economia, mas também expõe o país a choques, mostrando a necessidade de estratégias que diversifiquem suas bases econômicas.

4.5 África do Sul

Em 2018, o déficit em conta corrente da África do Sul foi de US$ 12,2 bilhões, mostrando um desempenho misto entre seus componentes. Enquanto o saldo de bens apresentou um superávit de US$ 1,87 bilhão, o saldo de serviços e a renda primária continuaram negativos, refletindo as limitações na competitividade do setor de serviços e a dependência de fluxos de capital externo. Em 2020, no auge da pandemia, o país registrou um superávit de US$ 6,7 bilhões em conta corrente, impulsionado por uma redução nas importações, enquanto as exportações de commodities, principalmente minerais e metais preciosos, mantiveram desempenho positivo.

O comércio exterior desempenhou um papel nas flutuações da conta corrente. As exportações cresceram de US$ 94,3 bilhões em 2018 para US$ 123,4 bilhões em 2022, sustentadas pela alta nos preços de commodities. Em contrapartida, as importações também aumentaram, de US$ 92,4 bilhões em 2018 para US$ 109,5 bilhões em 2022, impulsionadas pela recuperação da demanda doméstica após a crise da COVID-19.

A conta financeira apresentou volatilidade, com déficits em 2018 e 2019 e um superávit em 2020. Mas, essa recuperação foi temporária, e a conta financeira voltou a registrar déficit em

2022, refletindo a saída de capitais devido à baixa confiança dos investidores em relação à estabilidade econômica e política do país. Essa dinâmica destaca uma vulnerabilidade da África do Sul a choques externos e a problemas internos, como incertezas políticas e desigualdade econômica.

A pandemia amplificou os problemas estruturais da África do Sul, como altos índices de desemprego e desigualdade. Durante esse período, a capacidade do governo de implementar estímulos fiscais foi limitada devido a restrições orçamentárias e elevados níveis de dívida pública. No entanto, a política monetária desempenhou um papel importante, com o Banco Central ajustando as taxas de juros para conter a inflação e estabilizar a economia. Mesmo assim, o impacto dessas políticas foi insuficiente para promover uma recuperação forte e sustentável.

A trajetória da África do Sul no período analisado mostra a interação entre desafios estruturais internos e vulnerabilidades externas. A combinação de déficits recorrentes e crescimento econômico lento justifica a necessidade de reformas estruturais que aumentem a competitividade, reduzam a desigualdade e promovam um ambiente mais estável para investimentos e desenvolvimento.

4.6 Estados Unidos

O balanço de pagamentos dos Estados Unidos entre 2018 e 2022 mostra a interação de fatores estruturais e conjunturais, como políticas fiscais expansionistas, tensões comerciais e o impacto da pandemia de COVID-19. O déficit em conta corrente aumentou consideravelmente, alcançando US$ 1,01 trilhão em 2022, resultado do crescimento acentuado nas importações, que superou o desempenho das exportações.

O saldo de bens apresentou déficits cada vez maiores, passando de US$ -878,7 bilhões em 2018 para US$ -1,18 trilhão em 2022. As exportações de bens registraram crescimento em 2021 e 2022, atingindo US$ 2,09 trilhões no último ano, mas foram superadas pelas importações, que chegaram a US$ 3,27 trilhões. O saldo de serviços, tradicionalmente superavitário, também apresentou uma recuperação moderada após a pandemia, mas não foi suficiente para conter o aumento geral do déficit em conta corrente.

A conta financeira apresentou déficits significativos ao longo do período analisado, atingindo um pico de US$ 937,9 bilhões em 2021, seguido por uma leve redução para US$ 874,9 bilhões em 2022. Os investimentos diretos em ativos mostraram um crescimento expressivo, enquanto os passivos flutuaram devido à volatilidade nos mercados globais e às incertezas políticas e econômicas internas. Além disso, os investimentos em carteira apresentaram variações, refletindo as reações dos mercados financeiros às políticas adotadas.

Durante o período, os Estados Unidos adotaram medidas fiscais e monetárias para enfrentar os desafios econômicos. A política fiscal expansionista, caracterizada por cortes de impostos e pacotes de estímulo, sustentou a demanda interna, mas contribuiu para o aumento das importações e do déficit comercial. Em 2020, o Federal Reserve reduziu as taxas de juros e implementou programas de compra de ativos para fornecer liquidez ao sistema financeiro. Contudo, em 2022, com o aumento da inflação, o Fed reverteu essa postura, aumentando as taxas de juros para conter o aumento dos preços.

Sob a perspectiva da teoria pós-keynesiana, os déficits persistentes em conta corrente dos Estados Unidos destacam a posição única do dólar como moeda de reserva global, permitindo ao país financiar desequilíbrios externos sem enfrentar crises cambiais significativas. No entanto, o aumento das importações em resposta a estímulos fiscais ressalta a necessidade de políticas econômicas que promovam uma maior competitividade exportadora e equilíbrio externo. Os Estados Unidos exemplificam como economias desenvolvidas podem sustentar

déficits externos elevados graças a suas moedas fortes e políticas fiscais agressivas. Contudo, a interação entre inflação, gargalos na cadeia de suprimentos e volatilidade no mercado financeiro mostra a necessidade de um planejamento econômico mais equilibrado para garantir estabilidade a longo prazo.

4.7 China

A China, entre 2018 e 2022, apresentou uma trajetória de fortalecimento em seu balanço de pagamentos, caracterizada por superávits crescentes na conta corrente e ajustes significativos na conta financeira. A economia demonstrou força durante a pandemia de COVID-19, mesmo enfrentando tensões comerciais e crises estruturais internas.

A conta corrente chinesa cresceu de forma consistente, começando com um superávit de US$ 24,1 bilhões em 2018 e alcançando US$ 443,4 bilhões em 2022. Esse aumento foi impulsionado por exportações, que se expandiram de US$ 2,41 trilhões em 2018 para US$ 3,35 trilhões em 2022. Durante a pandemia, a forte demanda por equipamentos médicos e eletrônicos, aliados à rápida recuperação da produção industrial, favoreceu o desempenho exportador. Simultaneamente, o consumo interno enfraquecido, devido às restrições sanitárias, reduziu as importações, fortalecendo ainda mais o saldo comercial.

A conta financeira também apresentou variações. Em 2018, o déficit foi de US$ 172,7 bilhões, mas a tendência mudou para superávits consecutivos em 2020 e 2022, atingindo US$ 257,3 bilhões no último ano. Essa recuperação reflete a confiança dos investidores estrangeiros na economia chinesa, principalmente por conta da sua estabilidade durante a crise pandêmica. As políticas governamentais e as reformas estruturais foram fundamentais para atrair fluxos de capital, consolidando a posição financeira internacional do país.

Durante o período analisado, a China combinou políticas fiscais e monetárias estratégicas para reduzir os impactos econômicos negativos. Enquanto os estímulos fiscais se concentraram em investimentos públicos e infraestrutura, o Banco Popular da China manteve uma abordagem cautelosa, equilibrando liquidez com a necessidade de controlar riscos financeiros. Contudo, as políticas de "tolerância zero" contra a COVID-19 e a crise no setor imobiliário, como o caso Evergrande, afetaram negativamente a dinâmica interna, limitando o consumo e os investimentos domésticos.

A experiência da China destaca o papel da demanda agregada externa no crescimento econômico. A dependência das exportações se mostrou uma vantagem estratégica durante a pandemia, mas também destacou vulnerabilidades associadas a flutuações globais e tensões comerciais. As reformas estruturais desempenharam um papel importante na manutenção da estabilidade macroeconômica, mas os desafios internos apontaram para a necessidade de maior diversificação econômica.

A trajetória da China mostrou sua capacidade de adaptação a cenários adversos. O aumento expressivo dos superávits em conta corrente e a recuperação dos fluxos financeiros refletem uma economia resiliente.

4.8 Análise Comparativa e Discussão Geral

A análise do balanço de pagamentos dos sete países ao longo de 2018 a 2022 revela dinâmicas diferentes entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento, influenciadas por fatores estruturais, conjunturais e pelas políticas econômicas adotadas durante a pandemia de COVID-19. Essa comparação destaca semelhanças, diferenças e a interação entre os determinantes externos e internos.

Economias desenvolvidas, como Alemanha e Estados Unidos, demonstraram maior capacidade de financiar déficits em conta corrente, graças à confiança de investidores internacionais e à estabilidade de suas moedas. A Alemanha preservou superávits em conta corrente, sustentados pela competitividade de suas exportações, enquanto os EUA continuaram a registrar déficits elevados, minimizados pela hegemonia do dólar. Por outro lado, economias emergentes, como Brasil e África do Sul, enfrentaram maior volatilidade cambial e restrições fiscais, mostrando fragilidades em suas estruturas produtivas e dependência de exportações de commodities.

A China e a Coreia do Sul representaram exceções, ambas demonstraram alta elasticidade das exportações e foram capazes de responder rapidamente às demandas globais, principalmente por produtos eletrônicos e industriais. Contudo, enquanto a Coreia manteve superávits consistentes, a China destacou-se pelo crescimento exponencial em sua conta corrente, que foi reflexo da forte demanda por seus produtos no auge da pandemia.

As políticas econômicas foram fatores determinantes na capacidade de resposta de cada país. Economias desenvolvidas utilizaram pacotes fiscais expansivos e políticas monetárias acomodatícias para sustentar a demanda interna, como visto nos EUA e na Alemanha. Contudo, o aumento da inflação em 2022 obrigou a ajustes, como a elevação das taxas de juros, restringindo o consumo e o investimento.

Em contrapartida, países em desenvolvimento como Brasil e Índia tiveram suas respostas limitadas por restrições fiscais e alta inflação. A dependência de exportações de commodities expôs problemas adicionais durante a recuperação global. A África do Sul, com espaço fiscal ainda mais reduzido, enfrentou desafios para implementar políticas de estímulo.

A análise evidencia o papel da elasticidade das exportações e da demanda agregada no desempenho do balanço de pagamentos. Países com maior diversificação produtiva e alta competitividade exportadora, como Coreia do Sul e Alemanha, ajustaram-se melhor às flutuações. Em contrapartida, economias dependentes de commodities, como Brasil e África do Sul, enfrentaram limitações na capacidade de ajuste externo, conforme destacado pela Lei de Thirlwall.

A experiência dos Estados Unidos ressalta a posição única do dólar como moeda de reserva global, permitindo ao país financiar déficits externos sem enfrentar crises cambiais. A China se destacou por sua capacidade de atrair fluxos financeiros durante a pandemia, reforçando sua posição no comércio internacional e no sistema financeiro global.

Enquanto algumas economias aproveitaram a crise para fortalecer sua posição competitiva, outras enfrentaram dificuldades para se ajustar às mudanças globais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou os impactos econômicos da pandemia de COVID-19 sobre os balanços de pagamentos de sete países, buscando compreender as diferentes respostas políticas e os fatores estruturais que moldaram a resiliência econômica em contextos globais. A pesquisa abordou três agrupamentos principais, conta corrente, conta de capital e conta financeira para traçar um panorama das dinâmicas econômicas no período de 2018 a 2022.

A pandemia revelou grandes disparidades nas respostas econômicas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Economias como a dos Estados Unidos e da Alemanha utilizaram sua margem fiscal para implementar grandes pacotes de estímulo, sustentando a demanda interna, mas ampliando os déficits em conta corrente. Em contrapartida, países como Brasil e África do Sul enfrentaram restrições fiscais, limitando a capacidade de resposta e expondo suas vulnerabilidades.

A China e a Coreia do Sul destacaram-se, suas contas correntes, foram sustentadas por

exportações de alta elasticidade e competitividade global. O aumento nos preços de commodities e a volatilidade nos fluxos de capital intensificaram os problemas enfrentados por economias dependentes de bens primários. A análise mostrou que políticas coordenadas, como estímulos fiscais e monetários, foram mais eficientes em economias com estruturas produtivas diversificadas e maior flexibilidade financeira.

Este estudo contribui para a literatura ao conectar as dinâmicas do balanço de pagamentos com as políticas econômicas adotadas durante crises globais. Além disso, fornece perspectivas práticas para governos e instituições financeiras, sugerindo a importância de políticas econômicas integradas para aumentar a capacidade de recuperação econômica. A análise comparativa mostrou que economias com maior capacidade fiscal e diversificação produtiva se ajustaram melhor às mudanças globais, enquanto as economias mais vulneráveis enfrentaram barreiras para uma recuperação sustentável.
Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência de dados secundários, que podem variar em precisão entre os países analisados. Além disso, a heterogeneidade das estruturas econômicas e das respostas políticas torna complexa a comparação direta entre nações, principalmente em períodos como o da pandemia. Por fim, a ausência de dados qualitativos mais profundos sobre as decisões políticas restringe uma análise mais detalhada das motivações por trás das estratégias econômicas adotadas.

Para fortalecer a resiliência econômica em futuras crises globais, recomenda-se:

- Diversificação das economias para reduzir a dependência de exportações de commodities.
- Coordenação eficaz entre políticas fiscais e monetárias para enfrentar choques externos.
- Investimentos em inovação tecnológica e sustentabilidade para aumentar a competitividade global.

Pesquisas futuras poderiam explorar os efeitos de longo prazo das políticas implementadas durante a pandemia, com foco em como elas moldaram as dinâmicas de crescimento econômico e estabilidade financeira. Além disso, análises comparativas mais detalhadas sobre políticas econômicas específicas em diferentes contextos regionais podem oferecer novas visões para formulação de estratégias econômicas mais eficientes.
Essa análise reforça a relevância de políticas adaptativas e sustentáveis para equilibrar crescimento econômico, estabilidade financeira e bem-estar social, garantindo que as economias estejam melhor preparadas para lidar com choques externos no futuro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALDWIN, R.; DI MAURO, B. W. (Eds.). Economics in the Time of COVID-19. S.l.: CEPR Press, 2020. Disponível em: https://cepr.org/system/files/publication-files/60120-economics_in_the_time_of_covid_19.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. World Development Report 2022: Finance for an Equitable Recovery. Washington, D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/40866164498641

3472/world-development-report-2022-finance-for-an-equitable-recovery. Acesso em: 01 maio 2024.

BARRO, R. J.; URSÚA, J. F.; WENG, J. The Coronavirus and the Great Influenza Pandemic: Lessons from the 'Spanish Flu' for the Coronavirus's Potential Effects on Mortality and Economic Activity. S.l.: National Bureau of Economic Research, 2020. Disponível em: https://www.nber.org/papers/w26866. Acesso em: 29 abr. 2024.

GOPINATH, G. The Great Lockdown: Worst Economic Downturn Since the Great Depression. International Monetary Fund (IMF), 2020. Disponível em: https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2020/04/14/blog-weo-the-great-lockdown-worst-economic-downturn-since-the-great-depression. Acesso em: 29 abr. 2024.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update: Brighter Prospects, Optimistic Markets, Challenges Ahead. Washington, D.C.: International Monetary Fund, January 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: Growth Momentum Picking Up Again. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update: A Weakening Global Expansion. Washington, D.C.: International Monetary Fund, January 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: Global Manufacturing Slowdown, Rising Trade Barriers. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update: Tentative Stabilization, Sluggish Recovery?. Washington, D.C.: International Monetary Fund, January 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: A Long and Difficult Ascent. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update: Policy Support and Vaccines Expected to Lift Activity. Washington, D.C.: International Monetary Fund, January 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: Managing Divergent Recoveries. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook Update: Rising Caseloads, a Disrupted Recovery, and Higher Inflation. Washington, D.C.: International Monetary Fund, January 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). World Economic Outlook: War Sets Back the

Global Recovery. Washington, D.C.: International Monetary Fund, October 2022.

LAVOIE, Marc. Post-Keynesian Economics: New Foundations. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2022. Chapter 7: Open Economy Macroeconomics. In: Review of Political Economy. DOI: 10.1080/09538259.2023.2226950.

MCKIBBIN, Warwick; FERNANDO, Roshen. The Global Macroeconomic Impacts of COVID-19: Seven Scenarios. Canberra: Australian National University, 2020. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/03/20200302_covid19.pdf. Acesso em: 02 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Cooperação Internacional em Tempos de Pandemia: Relatório COBRADI 2019-2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-038-7. Acesso em: 01 maio 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). COVID-19 and Global Capital Flows. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-global-capital-flows-2dc69002/. Acesso em: 04 maio 2024.

PERRATON, Jonathan. Balance of Payments Constrained Growth and Developing Countries: An examination of Thirlwall's hypothesis. International Review of Applied Economics, v. 17, n. 1, p. 1-22, fev. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/24082499. Acesso em: 06 nov. 2024.